



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 28/03/2025

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

AS QUESTÕES DE 01 A 10 SE REFEREM AO TEXTO A SEGUIR.**Sensibilidade e ação**

O momento desafia: agir ou seguir no cômodo conforto do nada. Normalizar situações e assistir, como mero espectador situações que se pode interferir, deve fazer parte da mudança de perspectiva de vida

Renata Giraldi|17/02/2025

Mal começamos o ano e a vida já apresenta desafios. Não são poucos. Às vezes, bem próximos de nós, outros mais distantes. Quando está longe, fica mais fácil fingir que não se veem ou simplesmente que não existem. É a velha máxima que guia muita gente: "Não se envolva"; "Não te mete". Mas tudo ou quase tudo gira em torno de um único tema: sensibilidade. O Brasil, assim como o mundo, caminha para situações em que o olhar das pessoas é colocado à prova sobre agir ou ficar parado. A confortável posição de espectador deve ser revista porque apenas acompanhar os fatos sem se posicionar nem agir está praticamente impossível.

No mundo, duas grandes guerras se apresentam com centenas de vítimas, fora os conflitos isolados em países que pouco **TEM / TÊM** a atenção da imprensa. Ao olhar para o Oriente Médio, lá estão israelenses e palestinos, povos primos e que divergem historicamente, enquanto russos e ucranianos, irmãos no passado, seguem para três anos ininterruptos de total falta de paz.

Apenas os insensíveis conseguem acompanhar essas situações sem imaginar as famílias destruídas, as casas demolidas, a ausência absoluta de perspectivas para crianças e jovens que estão começando a vida. Nos altos escalões, líderes discutem "soluções" em que a arrogância e a pretensão se **SOBREPÕE / SOBREPÕEM** ao que realmente interessa. Assim, mais uma vez, prioridades, como comida, saúde, educação e segurança, **É DEIXADO / É DEIXADA / SÃO DEIXADOS / SÃO DEIXADAS** de lado.

Guerras, confrontos armados, não podem ser regra numa vida. Inacreditável imaginar que há quem diga que determinados povos "se acostumaram" a viver assim. Não. Ninguém se acostuma. Não há mãe nem pai que queira que seu filho ou sua filha lute numa guerra. Aceita, porque as circunstâncias obrigam, mas querer? Impossível.

No nosso Brasilão, as exceções são celebradas com destaque e manchete. É o trabalhador rural que, depois de anos, consegue ser aprovado para medicina numa universidade renomada. O idoso, que, aposentado, finalmente faz a faculdade dos sonhos. A mulher em situação de rua que reconstruiu a vida. Como assim? Todos deveriam ter as mesmas chances e possibilidades. Sensibilidade para compreender que pessoas são submetidas a determinadas circunstâncias não porque querem, mas por não terem outra opção. Sensibilidade para contribuir e fazer com que mude esse cenário.

É importante olhar para si e pensar: o que eu, humildemente, no meu lugar aqui, posso fazer? Seguir no

"nada" ou levantar e colocar a mão na massa? Há mais de meio século, Hannah Arendt alertou sobre o risco da banalidade do mal, da normalização e das ameaças que estão à nossa frente, mas, por conveniência ou puro comodismo, nossa compreensão entende em um outro ângulo. O desconforto de ouvir opiniões diferentes e dos cutucões da vida é fundamental para nos mostrar: a sensibilidade é que nos guia e nos diferencia num planeta cada vez mais hostil.

GIRALDI, Renata. Sensibilidade e ação. *Correio Braziliense*, 17 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2025/02/7062334-sensibilidade-e-acao.html>. Acesso em: 19 fev. 2025. Adaptado para esta avaliação.

1. Analise os verbos grafados em letras maiúsculas no segundo e no terceiro parágrafos do texto. Em seguida, assinale a alternativa que identifica a concordância padrão desses verbos no contexto sintático em que ocorrem.

- A) tem | sobrepõem | é deixada
- B) têm | sobrepõe | são deixados
- C) tem | sobrepõe | é deixada
- D) têm | sobrepõem | são deixadas
- E) têm | sobrepõem | é deixado

2. Para além da ideia de modo, o advérbio "mal", que abre o parágrafo introdutório do texto, veicula um sentido de

- A) negação.
- B) causa.
- C) assunto.
- D) lugar.
- E) tempo.

3. Em qual dos trechos a seguir, extraídos do texto, a palavra sublinhada NÃO é um substantivo, dada sua aplicação no contexto?

- A) "Sensibilidade para compreender que pessoas são submetidas a determinadas circunstâncias não porque querem, mas por não terem outra opção."
- B) "A confortável posição de espectador deve ser revista porque apenas acompanhar os fatos sem se posicionar nem agir está praticamente impossível."
- C) "Ao olhar para o Oriente Médio, lá estão israelenses e palestinos, povos primos e que divergem historicamente, enquanto russos e ucranianos, irmãos no passado, seguem para três anos ininterruptos de total falta de paz."
- D) "Há mais de meio século, Hannah Arendt alertou sobre o risco da banalidade do mal, da normalização e das ameaças que estão à nossa frente [...]."
- E) "O Brasil, assim como o mundo, caminha para situações em que o olhar das pessoas é colocado à prova sobre agir ou ficar parado."

4. Com base em sua estruturação de forma e de conteúdo, é possível afirmar que o texto apresentado é um exemplar do gênero

- A) Artigo de opinião.
- B) Resenha crítica.
- C) Editorial.
- D) Carta aberta.
- E) Carta ao leitor.

5. Segundo as informações do texto, a sensibilidade

- A) é compartilhada somente entre famílias dos soldados convocados para conflitos bélicos.
- B) não existe entre as pessoas que vivenciam conflitos bélicos diariamente.
- C) é um sentimento que enfraquece a capacidade humana de tomar decisões importantes.
- D) é parte importante das reuniões dos grupos pertencentes a altos escalões de governo.
- E) tem aparentemente recebido pouca consideração da população brasileira e mundial.

6. Qual é a função das vírgulas que aparecem nos trechos grifados nos dois últimos parágrafos do texto?

- A) Isolar apostos explicativos.
- B) Isolar expressões corretivas e/ou explicativas.
- C) Isolar adjuntos adverbiais intercalados.
- D) Isolar vocativos.
- E) Separar orações coordenadas assindéticas.

7. As aspas duplas aplicadas à palavra "soluções" (3º parágrafo) servem para indicar que tal vocábulo

- A) foi utilizado com intenção conotativa.
- B) faz parte do título de uma obra cultural.
- C) pertence a uma fala indireta de Hannah Arendt.
- D) possui utilização recorrente na linguagem informal.
- E) pertence a uma fala direta de Hannah Arendt.

8. Qual é o tempo verbal predominante nos verbos empregados no quarto parágrafo do texto?

- A) Futuro do presente

- B) Pretérito perfeito
- C) Futuro do pretérito
- D) Presente
- E) Pretérito imperfeito

9. Em qual dos trechos abaixo se pode identificar o uso da voz verbal passiva?

- A) "Mas tudo ou quase tudo gira em torno de um único tema: sensibilidade." (1º parágrafo)
- B) "Quando está longe, fica mais fácil fingir que não se veem ou simplesmente que não existem." (1º parágrafo)
- C) "Guerras, confrontos armados, não podem ser regra numa vida." (4º parágrafo)
- D) "Todos deveriam ter as mesmas chances e possibilidades." (5º parágrafo)
- E) "Seguir no 'nada' ou levantar e colocar a mão na massa?" (6º parágrafo)

10. Na ideia veiculada pelo trecho "Não há mãe nem pai que queira que seu filho ou sua filha lute numa guerra. Aceita, porque as circunstâncias obrigam, mas querer? Impossível." (4º parágrafo), é possível observar a manifestação da seguinte figura de linguagem:

- A) eufemismo.
- B) hipérbole.
- C) antítese.
- D) metonímia.
- E) silepse.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. O princípio da legalidade no Direito Penal determina que nenhuma conduta pode ser considerada criminosa sem previsão legal prévia. Diante disso, analise as afirmativas:

I - O princípio da legalidade visa garantir segurança jurídica e evitar arbitrariedades na aplicação do Direito Penal.

II - A retroatividade da lei penal mais benéfica é uma exceção ao princípio da legalidade e visa beneficiar o réu.

III - O princípio da reserva legal exige que as normas penais sejam previstas exclusivamente em lei formal.

IV - O princípio da anterioridade proíbe a criação de crimes e penas por meio de normas infralegais, como portarias e resoluções.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.

12. João, servidor público, exigiu vantagem indevida para liberar um alvará de funcionamento a um comerciante. Diante desse cenário, assinale a conduta penalmente aplicável:

- A) João cometeu o crime de corrupção ativa, pois solicitou vantagem indevida no exercício de sua função.
- B) A conduta caracteriza peculato, pois envolve a apropriação indevida de um bem público.
- C) O crime configurado é o de concussão, pois João, na qualidade de funcionário público, exigiu vantagem indevida.
- D) A conduta não é criminosa, pois João poderia recusar a liberação do alvará sem prejuízo ao comerciante.
- E) Trata-se de crime de prevaricação, pois João agiu com interesse pessoal ao exigir a vantagem.

13. A Lei Maria da Penha trouxe mudanças significativas na proteção das vítimas de violência doméstica. Leia as afirmativas e marque V para verdadeiro e F para falso:

- () A Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas de urgência, que podem ser concedidas pelo juiz independentemente de manifestação do Ministério Público.
- () A violência psicológica é considerada forma de violência doméstica e pode ensejar medidas protetivas.
- () Nos crimes praticados com violência doméstica contra a mulher, o autor pode ser beneficiado pela substituição da pena privativa de liberdade por penas alternativas.
- () A ação penal nos crimes de lesão corporal contra a mulher no contexto doméstico é pública incondicionada, não dependendo da vontade da vítima.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

- A) V - F - V - F.
- B) V - V - F - V.
- C) F - V - F - V.
- D) V - V - V - V.
- E) F - F - V - F.

14. Em um processo penal, o juiz decretou a prisão preventiva do réu sob o argumento genérico de "garantia da ordem

pública". Considerando os requisitos legais da prisão preventiva, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A prisão preventiva só pode ser decretada quando houver elementos concretos que justifiquem sua necessidade, como risco à instrução processual ou fuga iminente do réu.
- B) A decisão judicial está correta, pois o juiz pode decretar a prisão preventiva com base em sua convicção pessoal.
- C) O juiz não pode decretar a prisão preventiva antes da sentença condenatória transitada em julgado.
- D) A prisão preventiva é aplicável apenas a crimes hediondos, sendo vedada para outros delitos.
- E) Qualquer decisão que decrete prisão preventiva deve ser previamente submetida ao Ministério Público para autorização.

15. Pedro, ao defender-se de uma agressão injusta, causou lesão corporal grave ao agressor. Analise as afirmativas a seguir:

- I - Pedro poderá invocar a legítima defesa, desde que a reação tenha sido proporcional à agressão sofrida.
- II - Caso Pedro tenha utilizado meio moderado para repelir a agressão, poderá ter sua conduta considerada atípica.
- III - Se Pedro ultrapassou os limites da defesa necessária por forte emoção, poderá responder por excesso culposos.
- IV - Se Pedro for policial, não poderá invocar a legítima defesa, pois sua função pressupõe o uso proporcional da força.

Estão CORRETAS apenas as afirmativas:

- A) I, II e III.
- B) II e IV.
- C) I, II e IV.
- D) I e III.
- E) III e IV.

16. A ação penal é o instrumento pelo qual o Estado busca a aplicação da lei penal ao caso concreto. Sobre esse tema, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A ação penal pública condicionada à representação da vítima pode ser iniciada de ofício pelo Ministério Público caso haja flagrante delito.
- B) A ação penal privada pode ser proposta pelo Ministério Público quando a vítima não tiver condições financeiras para contratar advogado.
- C) Nos crimes de ação penal privada, o Ministério Público pode oferecer denúncia subsidiária caso haja inércia do ofendido.
- D) O princípio da obrigatoriedade impõe ao Ministério Público o dever de denunciar, salvo quando a vítima

manifestar interesse em não prosseguir com a persecução penal.

E) A ação penal pública incondicionada pode ser proposta pelo Ministério Público independentemente de qualquer manifestação da vítima.

17. A prova é um dos elementos fundamentais no processo penal, sendo utilizada para formar o convencimento do juiz. A respeito das provas no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

A) A confissão do acusado é prova absoluta e independe de outros elementos para fundamentar a condenação.

B) A prova ilícita pode ser utilizada no processo penal quando demonstrar a culpa evidente do acusado.

C) As provas obtidas por meio ilícito são admissíveis se forem apresentadas pelo próprio réu.

D) O reconhecimento do acusado deve ser realizado exclusivamente na fase judicial, não podendo ser feito na fase investigativa.

E) O juiz pode determinar a produção de prova de ofício, ainda que nenhuma das partes a tenha requerido.

18. O inquérito policial é um procedimento administrativo que visa apurar a autoria e materialidade de um crime. Leia as afirmativas e marque V para verdadeiro e F para falso:

() O inquérito policial é sigiloso e inquisitivo, não garantindo o contraditório e ampla defesa ao investigado.

() O Ministério Público pode requisitar diligências durante a tramitação do inquérito policial.

() O inquérito policial pode ser arquivado diretamente pela autoridade policial, sem manifestação do Ministério Público ou do Judiciário.

() A instauração do inquérito policial é indispensável para o oferecimento da denúncia, sendo exigida em todos os casos.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

A) V - V - F - F.

B) V - F - V - F.

C) F - V - F - V.

D) V - V - F - V.

E) F - F - V - F.

19. A execução penal tem como objetivo garantir o cumprimento da pena de forma legal e humanizada. Acerca do tema, podemos afirmar:

A) O regime aberto pode ser cumprido em residência particular, independentemente da fiscalização do Estado.

B) O livramento condicional pode ser concedido ao condenado que cumprir parte da pena, desde que preencha os requisitos legais.

C) O juiz da execução penal não pode conceder progressão de regime sem parecer favorável do Ministério Público.

D) O condenado reincidente em crime doloso pode progredir de regime com o cumprimento de um terço da pena.

E) A remição da pena pelo trabalho ou estudo depende de autorização judicial prévia.

20. No contexto das organizações criminosas, a Lei nº 12.850/2013 estabelece mecanismos processuais específicos. Nesse sentido, é CORRETO afirmar:

A) O acordo de colaboração premiada pode ser firmado independentemente da homologação judicial.

B) O juiz pode decretar prisão preventiva do colaborador caso entenda que ele deixou de cumprir integralmente o acordo firmado.

C) A colaboração premiada é um direito do réu e deve ser concedida sempre que houver interesse da defesa.

D) A prova obtida por meio da colaboração premiada não pode ser utilizada para embasar uma condenação, pois se trata de um benefício ao colaborador.

E) A infiltração de agentes em organizações criminosas exige autorização judicial e a manifestação do Ministério Público.

21. A boa-fé objetiva é um dos princípios basilares do Direito Civil e orienta as relações contratuais e extracontratuais. Analise as afirmativas abaixo:

I - A boa-fé objetiva impõe aos contratantes o dever de agir com lealdade e transparência, sendo sua violação passível de responsabilização civil.

II - A teoria da função social do contrato está diretamente ligada à boa-fé objetiva, exigindo que os contratos respeitem valores coletivos e a dignidade da pessoa humana.

III - A violação da boa-fé objetiva pode gerar deveres acessórios, como a obrigação de indenizar mesmo quando não há inadimplemento contratual.

IV - A boa-fé subjetiva é suficiente para afastar a responsabilidade civil, ainda que o agente tenha agido de forma contrária à boa-fé objetiva.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

- C) I, II e III, apenas.
 D) I, II, III e IV.
 E) III e IV, apenas.

22. João celebrou um contrato de locação residencial com Ana pelo prazo de 36 meses. No decorrer da locação, João atrasou o pagamento do aluguel por três meses consecutivos. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA:

- A) É vedado ao locador ajuizar ação de despejo por falta de pagamento sem antes notificar extrajudicialmente o locatário, sob pena de nulidade da ação.
 B) O contrato de locação será automaticamente rescindido, independentemente de qualquer manifestação das partes.
 C) João só poderá ser despejado após o término do contrato, pois o inadimplemento não justifica a rescisão antecipada.
 D) A legislação permite que João regularize os débitos antes da efetivação do despejo, caso preste caução correspondente ao valor devido.
 E) O atraso no pagamento dos aluguéis não gera consequências jurídicas para João, desde que ele demonstre dificuldades financeiras.

23. No Direito das Obrigações, o inadimplemento contratual pode gerar diferentes consequências jurídicas. Leia as afirmativas e marque V para verdadeiro e F para falso:

- () A cláusula penal pode ser estipulada tanto para compensar perdas e danos quanto para reforçar a obrigação principal.
 () O credor pode exigir o cumprimento forçado da obrigação ou optar pela resolução contratual, salvo disposição legal em contrário.
 () A mora do devedor extingue automaticamente a obrigação, dispensando a necessidade de ação judicial para cobrança.
 () A exceção do contrato não cumprido permite que uma das partes se recuse a cumprir sua obrigação enquanto a outra não cumprir a sua.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

- A) V - F - V - F.
 B) V - V - F - V.
 C) F - V - F - V.
 D) V - V - F - F.
 E) F - F - V - F.

24. Maria, viúva, faleceu deixando três filhos e um testamento legando metade de seus bens a uma instituição de caridade.

Considerando a sucessão legítima e testamentária, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O testamento é nulo, pois Maria deveria destinar a totalidade dos bens aos herdeiros necessários.
 B) Maria poderia dispor de até 50% de seus bens livremente, pois a outra metade pertence obrigatoriamente aos herdeiros necessários.
 C) A doação para a instituição de caridade só teria validade se houvesse consentimento dos filhos.
 D) Caso algum dos filhos seja incapaz, o testamento perderá automaticamente sua validade.
 E) A sucessão testamentária prevalece integralmente sobre a sucessão legítima, independentemente da vontade dos herdeiros.

25. O direito do consumidor tem proteção especial no ordenamento jurídico brasileiro. Leia as afirmativas e marque V para verdadeiro e F para falso:

- () O Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor por defeitos nos produtos ou serviços prestados.
 () O consumidor pode pleitear a inversão do ônus da prova quando for hipossuficiente e verossímil sua alegação.
 () Cláusulas abusivas em contratos de consumo são consideradas nulas, mas não geram sanção ao fornecedor.
 () A publicidade enganosa é permitida desde que não cause dano material ao consumidor.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

- A) V - F - V - F.
 B) V - V - F - F.
 C) F - V - F - V.
 D) V - V - F - V.
 E) F - F - V - F.

26. A petição inicial é um dos atos mais importantes do processo, pois delimita o pedido e os fundamentos jurídicos da ação. Acerca dos requisitos da petição inicial, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A petição inicial pode ser apresentada sem a identificação das partes, desde que o autor indique elementos mínimos para individualizar o réu.
 B) O pedido deve ser certo e determinado, sendo admitido pedido genérico apenas nos casos previstos em lei.

C) A ausência de causa de pedir na petição inicial não impede o prosseguimento do processo, pois pode ser suprida posteriormente.

D) O pedido da petição inicial pode ser alterado a qualquer momento, independentemente de anuência do réu.

E) A falta de um dos requisitos essenciais da petição inicial enseja necessariamente a extinção do processo sem resolução de mérito.

27. A competência do juízo define a jurisdição a ser exercida sobre determinado processo. Considerando essa matéria, assinale a alternativa CORRETA:

A) A competência territorial pode ser modificada pelas partes em qualquer situação, desde que haja interesse mútuo.

B) A competência absoluta pode ser prorrogada caso ambas as partes concordem em manter o juízo originário.

C) A competência pode ser determinada com base no critério territorial, funcional, material ou hierárquico.

D) A fixação da competência em razão da matéria é uma regra meramente organizacional, que pode ser afastada pelas partes.

E) A incompetência relativa pode ser declarada de ofício pelo juiz, mesmo sem a provocação da parte interessada.

28. A tutela provisória é um mecanismo processual destinado a antecipar os efeitos da decisão final ou garantir o resultado útil do processo. Sobre esse instituto, analise as afirmativas:

I - A tutela de urgência pode ser concedida independentemente de demonstração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

II - A tutela de evidência pode ser concedida quando houver probabilidade do direito e demonstração de abuso do direito de defesa pelo réu.

III - A tutela provisória pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia, dependendo do caso concreto.

IV - As tutelas provisórias sempre possuem caráter precário, podendo ser revogadas ou modificadas a qualquer tempo.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) III e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

29. No âmbito da execução de sentença, o cumprimento da obrigação imposta ao devedor deve obedecer às regras

estabelecidas no Código de Processo Civil. A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA:

A) O cumprimento de sentença pode ser promovido de ofício pelo juiz, independentemente de requerimento do credor.

B) Na execução de obrigação de pagar quantia, o devedor é citado para oferecer defesa antes da intimação para pagamento.

C) O devedor pode evitar a penhora de seus bens caso demonstre que a obrigação foi extinta por outro meio legítimo.

D) A execução da sentença condenatória depende da interposição de um novo processo judicial autônomo.

E) O credor pode escolher livremente quais bens do devedor serão penhorados, sem necessidade de observância à ordem legal estabelecida.

30. O princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura o direito de acesso ao Judiciário a toda pessoa que tenha lesão ou ameaça de lesão a direito. Com base nesse princípio, analise as afirmativas:

I - A inafastabilidade da jurisdição impede que as partes optem pela arbitragem como meio de resolução de conflitos.

II - O princípio exige que toda lesão ou ameaça de direito seja submetida ao Judiciário, vedando meios alternativos de solução de conflitos.

III - A lei pode criar exigências para o acesso ao Judiciário, desde que não tornem o direito de ação inviável.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

A) I e II.

B) II e III.

C) III.

D) II.

E) I.

31. A teoria da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais classifica as normas em diferentes categorias de acordo com seu grau de aplicabilidade. De acordo com essa classificação, podemos afirmar:

A) As normas de eficácia plena produzem todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição e não dependem de regulamentação infraconstitucional.

B) As normas de eficácia limitada não possuem qualquer efeito jurídico antes da edição de norma regulamentadora pelo legislador ordinário.

C) As normas de eficácia contida não podem ser restringidas por normas infraconstitucionais, pois sua eficácia é absoluta.

D) As normas programáticas possuem aplicabilidade imediata e regulam direitos subjetivos sem necessidade de complementação legislativa.

E) A eficácia das normas constitucionais depende exclusivamente da interpretação do Poder Judiciário, independentemente de seu conteúdo e estrutura.

32. No âmbito dos direitos fundamentais, a Constituição de 1988 estabelece garantias essenciais para a proteção dos indivíduos e das coletividades. Com base nesse tema, identifique a alternativa CORRETA:

A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partidos políticos com representação no Congresso Nacional e por entidades de classe.

B) O habeas corpus pode ser impetrado em favor de qualquer pessoa para proteger direitos ameaçados de lesão ou coação, inclusive direitos patrimoniais.

C) O direito à propriedade é absoluto, não podendo ser restringido pelo interesse público, salvo em caso de desapropriação por interesse social.

D) O direito de reunião não pode ser exercido sem prévia autorização da autoridade competente, sob pena de ilegalidade do ato.

E) Os direitos fundamentais previstos na Constituição são cláusulas pétreas e, portanto, não admitem qualquer forma de regulamentação infraconstitucional.

33. A organização político-administrativa do Brasil é composta pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Com base nesse modelo federativo, assinale a alternativa CORRETA:

A) O Distrito Federal possui autonomia para legislar sobre direito penal e processual penal, em função de sua natureza híbrida.

B) Os Municípios possuem competência exclusiva para legislar sobre assuntos de interesse geral, independentemente da legislação federal ou estadual.

C) A repartição de competências no modelo federativo brasileiro é baseada exclusivamente na teoria da predominância do interesse.

D) Os Estados da Federação podem se extinguir por meio de plebiscito, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional.

E) A União pode intervir nos Estados para garantir a execução de decisão judicial e preservar a integridade nacional.

34. A Constituição Federal de 1988 prevê mecanismos de controle de constitucionalidade para garantir a supremacia do texto constitucional. Sobre esse controle, analise as afirmativas:

I - O controle difuso permite que qualquer juiz ou tribunal declare a inconstitucionalidade de uma norma em um caso concreto.

II - O controle concentrado no Brasil pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal e também pelo Superior Tribunal de Justiça.

III - O efeito vinculante de uma decisão de inconstitucionalidade no controle concentrado alcança toda a administração pública e o Poder Judiciário.

IV - A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pode ser ajuizada por qualquer cidadão que demonstre interesse jurídico na causa.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

35. A Constituição Federal de 1988 estabelece diferentes tipos de controle de constitucionalidade. Nesse sentido, pode-se afirmar:

A) A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) pode ser proposta por qualquer cidadão que tenha interesse jurídico na questão.

B) O controle preventivo de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.

C) O controle repressivo pode ser exercido por meio da ação direta de inconstitucionalidade e do controle difuso, este último aplicado em casos concretos.

D) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) só pode ser proposta pelo Presidente da República.

E) O controle de constitucionalidade no Brasil é exclusivamente judicial, não admitindo participação do Legislativo ou do Executivo.

36. A atuação da Administração Pública deve observar um conjunto de princípios explícitos e implícitos, garantindo o interesse público e a legalidade dos atos administrativos. Sobre os princípios básicos da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

A) O princípio da impessoalidade impede que a Administração estabeleça critérios diferenciados para concessão de benefícios, mesmo quando há justificativa legal.

B) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam amplamente divulgados, sem exceção.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

DIREITO – GRADUAÇÃO

C) O princípio da eficiência impõe à Administração a adoção de práticas que garantam resultados rápidos e satisfatórios, mesmo sem respaldo normativo.

D) O princípio da moralidade exige que os atos administrativos estejam de acordo não apenas com a legalidade, mas também com padrões éticos e de boa-fé.

E) O princípio da legalidade confere ao administrador público liberdade ampla para tomar decisões baseadas exclusivamente em conveniência e oportunidade.

37. O exercício do poder de polícia pela Administração Pública visa garantir a ordem, a segurança e o bem-estar social. Considerando essa atribuição, analise as afirmativas:

I - O poder de polícia é prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, não podendo ser exercido pelos demais Poderes.

II - O poder de polícia pode ser delegado a particulares, desde que haja previsão legal e a delegação seja para atos materiais.

III - O poder de polícia pode se manifestar de forma preventiva ou repressiva, dependendo da necessidade administrativa.

IV - A aplicação de sanções administrativas pelo exercício do poder de polícia prescinde de qualquer controle judicial.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

38. No que se refere aos atos administrativos, a Administração Pública pode anular ou revogar seus próprios atos de acordo com a legalidade e o interesse público. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A revogação de um ato administrativo ocorre quando há vício de legalidade e deve ser feita pelo Poder Judiciário.
- B) A revogação de um ato administrativo deve ser motivada pela Administração, demonstrando a inconstitucionalidade da norma que o fundamentou.
- C) A anulação de um ato administrativo pode ser realizada tanto pela própria Administração quanto pelo Poder Judiciário, quando constatada ilegalidade.
- D) A anulação de um ato administrativo impede que a Administração aplique qualquer nova decisão sobre o mesmo tema.
- E) A revogação de um ato administrativo só pode ser realizada dentro do prazo decadencial de cinco anos.

39. A Lei nº 14.133/2021 trouxe mudanças significativas no regime das licitações e contratos administrativos. Considerando essas mudanças, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A nova lei unificou todas as modalidades de licitação existentes, criando um único modelo de procedimento licitatório.
- B) A modalidade de leilão passou a ser obrigatória para todas as contratações públicas, independentemente do objeto do contrato.
- C) A nova legislação extinguiu a necessidade de justificativa técnica para a inexigibilidade de licitação.
- D) A nova lei não alterou a obrigatoriedade de publicidade dos atos licitatórios, permitindo restrições no acesso à informação.
- E) O diálogo competitivo é uma modalidade de licitação introduzida pela nova lei, sendo aplicável para contratações de grande complexidade tecnológica.

40. Leia as afirmativas a seguir e indique a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F):

- () A Administração Pública pode firmar contratos administrativos com cláusulas exorbitantes, que concedem prerrogativas à Administração.
- () A Lei de Improbidade Administrativa prevê penas exclusivamente de natureza penal, como reclusão e multa.
- () O princípio da autotutela permite que a Administração anule ou revogue seus próprios atos quando ilegais ou inoportunos.
- () A dispensa de licitação ocorre em casos de inviabilidade de competição, enquanto a inexigibilidade se aplica quando há previsão expressa na lei.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

- A) V - F - V - F
- B) V - V - V - V
- C) F - V - F - V
- D) V - V - F - F
- E) F - F - V - V